Couro imperial

Vitor Queiroz

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/389>

DOI: 10.4000/ras.389

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 junho 2013

Paginação: 139-142

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Vitor Queiroz, « Couro imperial », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 11 | 2013, posto online no dia 09 dezembro 2013, consultado no dia 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/ras/389> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/ras.389>

Couro imperial — Vitor Queiroz

Anne McClintock

2010: *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, Campinas: Editora da UNICAMP

As primeiras páginas do *Couro Imperial* de Anne McClintock expõem de saída as diversas preocupações e os objetos de análise de sua autora. Nelas aparecem: uma obra conhecidíssima da literatura imperial britânica, a dominação de gênero e de classe unindo-se ao cientificismo evolucionista, justificativas civilizatórias do colonialismo, as táticas de controle sexual da conquista sul-africana e a mesquinhez da corrida dos diamantes naquele país.

A fonte utilizada para desvendar tudo isso, o mapa que Haggard imprimiu em “As Minas do Rei Salomão” de 1885 [Haggard s/d] é, em si, um símbolo denso. Os mapas imperiais, este incluso, seriam, de acordo com a autora, uma dentre as diversas técnicas de controle da época capazes de condensar uma visão linear do tempo, a ideia de progresso inevitável e de sua antítese, a degeneração, a distinção temporal e espacial entre natureza primitiva e cultura evoluída, a domesticação das paisagens hostis pela ciência ou pela narrativa e, por fim, o próprio desejo psicológico social ou individual de domínio. Por outro lado, também de acordo com a dialética de McClintock, presumivelmente qualquer tática inglesa naquele contexto de embate colonial acabava sendo, no mínimo, ambígua.

Assim, o mapa de Haggard permitiria duas leituras pelo menos, fazendo um trecho imaginário do território sul-africano desdobrar-se sobre num imenso corpo feminino. O romance no entanto, assume curiosamente e este é o ponto de partida de McClintock, uma perspectiva literal e exclusivamente masculina: a experiência e a importância de todas as mulheres que aparecem na trama são minimizadas ou simplesmente apagadas.

A arbitrariedade envolvida em gestos como estes, no poder de narrar, interpretar, dar voz ou não à criadas excluídas da cena edípica freudiana e nativos é a temática unificadora das diversas análises de McClintock. Cabendo ressaltar, também, que este sonho de controle de perspectivas teóricas, sujeitos e objetos desafiadores que ocupou o século XIX europeu só pôde estabelecer os seus nexos, as suas

categorias práticas e discursivas, a partir de experiências sociais tão cruéis quanto específicas, como a autora demonstra de forma brilhante.

Neste sentido é possível apenas questionar de passagem o grau de ambigüidade que a o texto de McClintock retira de algumas das fontes documentais utilizadas. Embora reconheça quase sempre a sua existência — valendo-se de uma interessantíssima teorização social e psicanalítica de fetiche obsessivo, libido e abjeção — a autora tende a ressaltar mais o tom vitorioso dos romances ou das propagandas vitorianas do que as suas fraturas quase sempre visíveis.

No romance de Haggard, por exemplo, Foulata e Gagool, as mulheres desprezadas conscientemente, são também, no limite, as responsáveis pela sobrevivência dos aventureiros cheios de camaradagem, homoafetividade e de desejo permeado pelo recalque e por um recorte de classe visível nas duas ou três descrições hiperbólicas do corpo do aristocrático barão Curtis e da nudez do futuro rei de Kukuland. Embora o sucesso do romance seja reputado, segundo McClintock, exatamente por algumas de suas ambigüidades, ela privilegia o seu evidente caráter de dominação e a sua busca por coerência.

A autora revela, seguindo este raciocínio, em todo o aparato imperial e cientificista do século XIX um dispositivo quase foucaultiano que partiria da relação dialética entre absorção e controle de diversos outros: mulheres, operários e negros. McClintock mostra tais nexos de dominação, argumentando à respeito da ligação íntima entre vida doméstica, racialização, publicidade, controle dos irlandeses, das colônias e dos pobres e o surgimento de ciências como a Psicanálise e a Antropologia.

A leitura dos mesmos documentos, no entanto, deixa dúvidas ainda maiores do que a ambigüidade ritual e finalmente controlada de *Couro Imperial*. O equilíbrio precário, a alternância de transgressões e repressões no meio das suas auto-justificativas e certezas parecem ainda mais difíceis. O sentido daqueles trabalhos todos, incluindo as obras dos pioneiros L.H. Morgan e S. Freud, não é tão nítido e a narrativa do domínio colonial, capitalista ou patriarcal talvez figure mais como um desejo, uma imagem projetada — cercada desde o início de discordâncias cujo potencial transformador a autora só enfatizará na contestação ao apartheid do fim do século XX de seus últimos capítulos — do que uma realidade constatada.

Couro Imperial foi escrito em meados da década de 1990. Além daqueles anos estarem marcados de incertezas político-econômicas com o desmonte do socialismo soviético, a eleição de Nelson Mandela e a crise das receitas neoliberais de Thatcher e Reagan — fatos comentados, aliás, no último capítulo e no pós-escrito de *Couro Imperial* e que tornam todo o livro uma espécie de manifesto, de denúncia de diversas matrizes de controle — a autora envolvia-se diretamente em debates análogos no interior das Ciências Humanas.

Não é à toa que Appiah ou E. Said (ambos merecem o agradecimento nominal de McClintock) questionavam nessa mesma época os mecanismos de apagamento político de sujeitos e coletividades denunciando a artificialidade de grandes idéias que dizem muito ao não dizerem nada como a África, o tempo, a modernidade ou o Oriente.

McClintock dialoga com diversos desses autores, sendo capaz de fazer uma crítica de dentro à perspectiva inadvertidamente evolutiva e progressista da denominação pós-colonial e à alguns de seus limites, propondo, para superá-los, uma colaboração intensiva entre a História, a Psicanálise, os Estudos Literários e as Ciências Sociais.

Especificamente no contexto feminista, pelo menos duas posições estavam bem marcadas no contexto anglófono de meados de 1990. *Couro Imperial* consegue, admiravelmente, dialogar com e aproveitar os *insights* de ambas.

Por um lado as visões macroestruturais descreveriam os grandes nexos da dominação numa longa duração e em espaço tão distantes quanto o Atlântico Norte ou a Grã-Bretanha oitocentista, *the empire on wich the sun never sets*. Nesta perspectiva a dificuldade das transformações não é inelutável — para autoras como M. Strathern, por exemplo, o caráter relacional das socialidades e divídus dinamizaria sempre as suas posições teóricas — mas são estruturais. As transgressões conscientes tenderiam, nesta perspectiva, a ser minimizadas ou encaixadas em esquemas conceituais prévios.

Por outro uma crítica interna ao feminismo, vinda de ativistas e de movimentos sociais, questionava a homogeneização do discurso, a falta de especificidades de micro-contextos nos estudos efetuados e a eleição das mulheres brancas, heterossexuais e de classe média do Atlântico Norte como sujeito e objeto dos estudos de gênero.

No contexto feminista inglês a incorporação das categorias analíticas de classe e raça e a articulação de perspectivas micro e macro-sociais era uma discussão premente nesses anos de 1990 como atesta um artigo de Sherry Ortner publicado em 1996:

No esquema analítico que estou tentando formular aqui, a questão não é privilegiar o nível macro ou micro de análise, mas como articular discursos e práticas inscreve relações sociais, posições de sujeito e subjetividades. (...) Como a diferença designa o “outro”? Quem define a diferença? Quais são as normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? (...) Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como a diferença é interiorizada nas paisagens da psique? [*apud* Brah 2006]

O trecho faz questionamentos tão próximos aos de Anne McClintock que, se não houvesse sido publicado alguns meses depois da sua edição original, poderia ter servido de epígrafe ao seu livro.

Couro Imperial tira suas diversas qualidades, enfim, destes contextos e embates pós-coloniais. A autora produziu um verdadeiro *tour de force* ambicioso, mas de leitura agradável, capaz de suscitar mais e mais perguntas inquietantes. Gênero, classe e raça são tratados transversalmente e ligados sempre de forma hábil. Perspectivas de diversas disciplinas são acionadas, numa tentativa de juntar horizontes conceituais aparentemente distantes, para dar conta de tantas fontes e de um objeto tão vasto que é, no limite, a criação e a posterior contestação dos dispositivos de poder do Império Britânico.

Couro Imperial é surpreendentemente, atual quase dez anos depois, e a sua leitura ainda é tão proveitosa quanto inquietante.

Referências bibliográficas

BRAH, Avtar
2006: “Diferença, Diversidade, Diferenciação”, *Cadernos do PAGU*, nº 26

HAGGARD, Rider

s/d: *As Minas de Salomão*, Lisboa: Livros do Brasil

McCLINTOCK, Anne

1995: *Imperial Leather: race, gender and sexuality in the colonial context*, Londres: Routledge

2010: *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, Campinas: Editora da UNICAMP